

06/06/2025

APEOESP

049

Acesse: www.apoeesp.org.br
imprensa@apoeesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

NÃO ACEITAMOS ATRIBUIÇÃO DE AULAS EM DEZEMBRO!

Exigimos respeito, direito a férias, recesso e atribuição de aulas presencial, justa e transparente no final de janeiro

Dia 27 de junho estaremos juntos com todo o funcionalismo e movimentos sociais em defesa dos serviços públicos e contra as privatizações

Cada subsede da APEOESP será um comitê do Plebiscito Nacional Popular pela isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil mensais, redução da jornada sem redução salarial, fim da escala 6x1, taxaço dos ricos

PELA DEMOCRACIA, ABAIXO O AUTORITARISMO!

Secretaria de Comunicação

Reunidos na Avenida Paulista, em frente ao MASP, em São Paulo, professoras e professores estaduais reafirmaram a mobilização permanente na luta pelas reivindicações da categoria e definiram a participação no ato unificado do funcionalismo público que se realizará em 27 de junho, tendo como uma de suas pautas centrais a defesa dos serviços públicos e luta contra as privatizações, entre outras.

Não aceitamos atribuição de aulas em dezembro

Os professores afirmaram de forma categórica que não aceitam atribuição de aulas no mês de dezembro, como proposto pela Secretaria Estadual da Educação (SEDUC) na comissão composta por técnicos da SEDUC e APEOESP. Queremos atribuição de aulas presencial, justa e transparente no final do mês de janeiro. Os professores e as professoras exigem respeito, têm direito a férias e recesso e não mais aceitarão atribuição de aulas bagunçada e injusta como vem ocorrendo.

A classificação dos professores deve ser exclusivamente por tempo de serviço e títulos, valorizando experiência e formação. Não admitiremos que avaliação de desempenho punitiva seja usada como critério. Exigimos a revogação da Resolução SEDUC 83/2025. Atribuição deve se dar por meio de uma lista única de classificação e, no caso dos professores temporários, não deve haver qualquer divisão por situação funcional. A APEOESP fiscalizará todo o processo, tanto nos polos das Diretorias de Ensino, quanto na CGRH a exemplo do que ocorreu nas seções de escolhas de vagas dos concursados. A discussão sobre a atribuição de aulas, doravante, será feita diretamente pela Diretoria do Sindicato com a SEDUC.

Pelo envio imediato do projeto de lei do complemento salarial de 1,27% à Alesp

A APEOESP, por meio de negociações conduzidas pela segunda

Secretaria de Comunicação

presidenta da APEOESP e deputada estadual, Professora Bebel junto ao governo do Estado, assegurou compromisso de encaminhamento à Assembleia Legislativa de projeto de lei complementar que institui mais 1,27% de reajuste, além dos 5% já sancionados por meio da Lei Complementar 1425/2025. Estamos, portanto, cobrando do governo que envie imediatamente este PLC, de forma que o reajuste total de 6,27%, com vigência a partir de 1º de julho, seja pago no início de agosto.

Este reajuste é conquista da nossa luta, porém insuficiente. Nossa perspectiva é o cumprimento correto e integral da lei do piso salarial profissional nacional e um plano de recuperação do poder de compra dos nossos salários, extremamente defasados em relação a todos os indicadores.

O piso salarial nacional é base para a remuneração do Magistério e não teto, como é interpretado de forma distorcida pelo governo do Estado. Rejeitamos, portanto, a política de abono complementar e lutamos para que o nosso salário base corresponda de fato ao piso nacional.

***Nossa carreira deve ser
única, aberta, justa e
atraente. Não ao subsídio***

A mesa de valorização docente, para debate e fortalecimento da nossa carreira e demais itens fundamentais da nossa profissão foi conquistada nossa, porém, apesar de publicada em Diário Oficial, ainda não foi convocada.

Nesta comissão, paritária entre o Sindicato e a SEDUC, exigiremos mais uma vez o fim do subsídio e defenderemos formas de evolução e progressão que unifiquem nossa categoria e signifiquem efetiva valorização, desde o ingresso até a aposentadoria, mantendo toda a categoria informada sobre o avanço das negociações, que serão trazidos para deliberação.

PEI é política imposta, excludente e inaceitável

Escola de tempo integral não pode se resumir a manter estudantes mais tempo na unidade escolar. Educação integral exige um projeto pedagógico sólido, de qualidade, que articule ensino, tecnologias, cultura, esportes, diversidade. Exige estrutura, espaços adequados, alimentação para os estudantes e os profissionais da Educação e uma série de outras condições que não estão presentes nas escolas PEI no estado de São Paulo. O que existem são metas impostas, autoritarismo, assédio moral e nenhum avanço real na aprendizagem dos estudantes.

Mais que isso, escolas de tempo integral não podem ser impostas, nem ocasionar a exclusão dos estudantes trabalhadores. Ensino Integral é para todos os estudantes, sobretudo para os filhos e filhas da classe trabalhadora.

Assim, não aceitamos de forma alguma a ampliação das escolas PEI com base em consultas cuja ampla participação da comunidade é cerceada e muitas vezes manipuladas e, em muitos casos, ignoradas pelas Diretorias de Ensino e SEDUC quando o resultado é contrário ao PEI.

Mais que isso, a política da SEDUC, não apenas no caso das escolas PEI, ignora e marginaliza os Conselhos de Escola.

Encontro Estadual de Conselheiros e Conselheiras de Escolas

Garantir o funcionamento efetivo e democrático dos Conselhos de Escolas, com poder de decisão, é condição fundamental para a gestão democrática na Educação. Por isso, a APEOESP aprofundará o diálogo com os atuais conselheiros e conselheiras escolares (professores, estudantes, pais e funcionários) por meio de um Encontro Estadual, incentivando também novas participações nos Conselhos.

Pela revogação das medidas autoritárias de Tarcísio e Feder

O governo de Tarcísio e Feder é entreguista, privatista e autoritário.

Nas escolas estaduais o sistema é de ditadura e a aprendizagem dos estudantes não evolui.

Para esconder seu fracasso, o governo busca culpabilizar os professores por meio de diversas medidas, entre elas a avaliação de desempenho punitiva (Resolução SEDUC 83/2025). Outras Resoluções são igualmente autoritárias, como a 4/2023, a 45/2025 e tantas outras.

É inaceitável que estudantes, sem formação e maturidade para tanto, avaliem seus professores. Também não podemos de forma alguma concordar que dirigentes de ensino e a Secretaria da Educação possam afastar diretores e diretoras das escolas com base nas metas impostas pelo governo. Isso é a forma mais acabada de assédio e ditadura.

Esse autoritarismo mata, como vimos no caso das professoras Analu, de Diadema, e Rosana, do Paraná, além de outras mortes decorrentes da plataformização, do assédio, das cobranças indevidas.

Chega de desvalorização e perseguição, que prejudicam nossa categoria e a qualidade da Educação.

Vamos publicar uma cartilha com nossas lutas, os direitos que precisamos recuperar e que não podemos perder, com o objetivo de conclamar a categoria à luta e também dialogar com os novos professores, ampliando a representatividade do Sindicato.

Continuaremos exigindo, ao mesmo tempo, que o Estado convoque 44 mil professores concursados, conforme ação judicial do Ministério Público Estadual com participação da APEOESP.

Exigimos condições para atuação da CIPA

No dia 18 de junho, data da posse dos novos integrantes das CIPAs

Secretaria de Comunicação

nas Diretorias de Ensino, as subsedes da APEOESP protocolarão documento cobrando da SEDUC condições e dispensas para a atuação dos cipeiros, de forma que possam realizar inspeções nas escolas, realizar reuniões ordinárias e extraordinárias, murais nas escolas, campanhas de conscientização sobre assédio moral e prevenção ao adoecimento e acidentes, entre outras.

Além disso, não deixaremos de lutar por uma CIPA em cada escola. Também será realizada pela APEOESP atividades de formação de cipeiros, cobrando o mesmo do governo.

APEOESP PARTICIPA DO PLEBISCITO POPULAR NACIONAL 2025

Como informamos em boletim anterior, a APEOESP participará de forma intensa do Plebiscito Popular Nacional que consultará a população sobre o apoio à isenção de Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil mensais, taxação dos ricos, fim da escala 6x1, redução da jornada de trabalho sem redução salarial. O Plebiscito se realizará de julho a setembro e a APEOESP fez seu lançamento para a categoria nesta sexta-feira, 6 de junho.

As subsedes da APEOESP retiraram material de divulgação e orientações. Em cada subsede haverá um comitê do Plebiscito. Particularmente a isenção do IR beneficiará praticamente toda a nossa categoria. Cada professor e professora, com a isenção, poderá acumular em um ano o equivalente um 14º salário.



a

CONTRA O GENOCÍDIO NA PALESTINA, BRASIL DEVE ROMPER RELAÇÕES COM ISRAEL

Os professores e professoras reunidos na sexta-feira, 6 de junho, referendaram decisão do CER, no sentido de que a APEOESP assine manifesto que solicita ao presidente Lula que o Brasil rompa relações com o Estado de Israel, cujo governo promove o genocídio da população Palestina na Faixa de Gaza e também na Cisjordânia ocupada.

O mundo assiste a esse genocídio, que assume tal proporção, despertando indignação em governos até então omissos ou coniventes. O Brasil vem se posicionando de forma firme e clara, mas é preciso ir além.

Todo apoio ao povo palestino!

Chega de genocídio!

Pelo rompimento das relações Brasil-Israel!

SOLIDARIEDADE À VEREADORA ANA NICE

APEOESP manifesta profunda solidariedade à vereadora Ana Nice (PT), eleita pelo município de São Bernardo do Campo, ao mesmo tempo em que repudia veementemente a violência pela qual ela vem passando.

A vereadora está sofrendo ataques racistas e covardes através de e-mails com conteúdos que tentam deslegitimar o trabalho e a luta de uma mulher negra que luta em defesa dos serviços públicos e da população mais carente.

Reafirmamos: racismo é crime! Inconcebível em qualquer situação!

O Sindicato se soma à luta pelo respeito e pela garantia de liberdade na condução do seu legítimo mandato e exige rigor nas investigações pelas autoridades competentes para que os responsáveis tenham a punição devida. A impunidade alimenta o ciclo de violência e discriminação, e a justiça deve ser garantida para que atitudes como essas não se repitam.

Reforçamos nossa luta pela promoção da igualdade racial e valorização das mulheres negras em todos os espaços políticos, que desempenham um papel fundamental para a construção de um Brasil mais justo e igualitário. Não podemos permitir que práticas como o racismo, que tentam dividir e enfraquecer a sociedade, prevaleçam em qualquer instituição.

Colocamo-nos na linha de frente com a combativa e corajosa vereadora Ana Nice na luta antirracista.

Conselho Estadual de Representantes

MOÇÃO DE APOIO À LUTA DOS PROFESSORES NO MÉXICO E NO PANAMÁ

Nós, professoras e professores da educação básica de São Paulo e do sindicato dos professores da rede estadual, APEOESP, apoiamos a luta dos trabalhadores da educação no México e no Panamá que se encontram em greve em defesa dos direitos da classe trabalhadora e da educação pública.

No Panamá, os professores estão encabeçando, junto com os operários da construção civil, uma importante mobilização nacional contra o governo pró-imperialista e direitista de José Raúl Mulino. Lutam bravamente contra a reforma da previdência e em defesa da soberania do país, enfrentando a brutal repressão que tem como alvo os dirigentes do Sindicato Único dos Trabalhadores da Construção e Similares (SUNTRACS), com prisões e perseguições políticas. A luta unificada dos professores e operários, que estão em greve há mais de um mês em todo o país, se soma à mobilização das mulheres, dos estudantes, dos profissionais da saúde e de outros setores, que protagonizam grandes manifestações nacionais.

No México, os professores estão há 21 dias em um acampamento que chegou a reunir 30 mil pessoas em uma forte luta em defesa das aposentadorias, por melhores salários e contra a reforma educativa neoliberal. Lamentavelmente, esta importante luta, organizada pela Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación (CNTE), enfren-

ta a perseguição do governo de Claudia Sheinbaum, que se reivindica de esquerda, mas segue atacando os direitos dos trabalhadores.

Nos solidarizamos com essas lutas que são parte da resistência da classe trabalhadora aos planos de ajustes e projetos neoliberais e autoritários, aplicados por governos de diversas matizes a serviço do capital e do imperialismo.

Reafirmamos a necessidade de unificar as lutas da classe trabalhadora em todo o mundo, com independência dos governos e dos patrões, apostando na ação direta, na auto-organização e na solidariedade internacionalista.

Viva a luta das e dos trabalhadores da educação no México!

Viva a greve das e dos professores e operários no Panamá!

Abaixo a repressão! Nenhuma confiança nos governos capitalistas!

Pelo internacionalismo da classe trabalhadora!

NOTA DE SOLIDARIEDADE ÀS DEPUTADAS ESTADUAIS AMEAÇADAS

A APEOESP vem a público para prestar solidariedade às deputadas estaduais vítimas de ameaças de morte, entre elas a segunda presidenta do nosso Sindicato, Professora Bebel. Ao mesmo tempo, repudiamos com vigor tais ameaças, de cunho machista e misógino, geradas pelo ódio a mulheres que se destacam e protagonizam papéis de liderança na sociedade.

Não podemos, de forma alguma, minimizar a gravidade dessas ameaças, nem normalizar manifestações de violência política de gênero.

Para além das deputadas, esse tipo de ação representa ameaça a todas as mulheres e a própria democracia. É necessário que as autoridades investiguem, prendam, processem e condenem os responsáveis, na forma da lei e, mais ainda, que garantam as condições de segurança às mulheres diretamente ameaçadas.

Não nos intimidaremos!

Conselho Estadual de Representantes